

# A HISTÓRIA DO ENSINO NA IMPRENSA EM UBERLÂNDIA, MG: MASSIFICAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NO TEXTO E NO CONTEXTO (1940-1960)<sup>1</sup>

*Vicente Batista de Moura Sobrinho<sup>2</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa tem propósito de trazer à tona algumas discussões acerca da massificação do ensino veiculada nestes jornais (Correio de Uberlândia e O Estado de Goyaz), com destaque especial para o Correio, que constituiu no período de recorte (1940-1960) em um dos principais jornais da cidade de Uberlândia, MG. A massificação do ensino discutido no referido jornal, além de estar em sintonia com o processo histórico daquele momento, em que a maior parte do período passava por regime de exceção, tal processo está intimamente vinculado à idéia de conferir a este espaço geopolítico, que é a região do Triângulo Mineiro o status de moderno.

**Palavras-chave:** Historia, imprensa, educação

**Abstract:** This research has purpose of bringing to the tone some discussions concerning the massification of the teaching transmitted in this that is in one of the principal newspapers (Correio de Uberlândia e O Estado de Goyaz), of the city of Uberlândia, MG. The massification of the teaching discussed in referred him newspaper, besides being in synchrony with the historical process of that moment, in that most of the period went by exception regime, such a process is intimately linked the idea of checking to this space geopolitics, that is the area of the Triângulo Mineiro the status of modern.

**Key Words:** History, press, education

## Introdução

A idéia de ilustração presente na imprensa jornalística se revela nas facetas de longo processo de adequação aos ditames das regras estabelecidas entre democracia e o ensino, assunto que iremos tratar no presente trabalho. Ciente dessa tarefa verá se agigantar diante dos nossos olhos um desafio: mostrar a ligação existente entre a ideologia liberal e a democracia, tendo como ponto de apoio a educação no seu sentido

---

<sup>1</sup>Trata-se de uma parte da nossa dissertação de mestrado defendida no dia 28 de fevereiro de 2002.

<sup>2</sup>Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Historia e Historiografia da Educação e do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM, membro do Conselho Editorial do referido núcleo da Universidade Federal de Uberlândia, MG.

amplo; o ensino de ler e escrever, o ensino profissional, a formação do homem como componente de uma estrutura lógico/formal/funcional e como sustentáculo de metas no sentido de propiciar respaldo a interesses de uma ordem econômica já em franca expansão nos séculos XVIII e que teve a sua sistematização principalmente a partir do século XIX. Não partimos de uma análise meramente mecânica de um fato histórico, ancoramos em referenciais notórios em termos metodológicos, quando propuseram pensar a sociedade numa lógica transformadora, legitimada e funcional de acordo com os pressupostos liberais. Entretanto, não é possível falar de democracia e ensino sem tocar num ponto fundamental que é “crise” vivida pelo liberalismo a partir do final do século XVIII, conhecido como a era do romantismo, alastrando-se pelo século XIX, denominado a era da sociedade orgânica e acirrando-se para além do século XX. Numa tentativa de encontrar uma alternativa de solução das crises engendrada no interior da sociedade de orientação capitalista é que alguns autores ligados ao pensamento iluminista propuseram metas de desenvolvimento sem abdicar da ordem vigente.

Aliás, para o propósito deste trabalho, alguns destes pensadores contribuirão para a elucidação do tema proposto. De início, gostaríamos de salientar que a matéria por nós levantada e catalogada, tendo como ponto central o processo de massificação do ensino, trazem elementos cujo elo está entre as várias formas de pensar a sociedade, começando com alguns dos principais pensadores do século XVIII e XIX. A referência tem uma razão de ser, pois é a partir segundo a sociedade ganha uma configuração orgânica em termos de direcionamento por parte dos poderes políticos, os poderes conhecidos como oficiais. Com o processo do ensino veremos que intencionalidade dos intelectuais dos referidos séculos, a lógica de organizá-lo segue o padrão semelhante de conformação da meta de controlar, de disciplinar, de induzir a assumir um propósito ditado de cima para baixo, como requer a ideologia traçada para um modelo liberal de sociedade organizada. A composição do quadro montado a partir do século XIX, leva em conta o número da população em crescimento acelerado, necessitando de adequação dentro do processo que convencionou-se chamá-lo democrático e moderno. O conceito de população tratado aqui traz uma conotação diferenciada da visão dos pensadores do século XVIII. O que vai ser tratado com ênfase no limiar do século XIX, é a grande parcela da sociedade entendida enquanto *massa*.

---

No pensamento de Montesquieu, percebe-se claramente a dificuldade de determinar as regras jurídicas com o intuito de manter a sociedade sob controle. O autor foi um dos grandes responsáveis pela difusão de normas nesse sentido, não deixando de transparecer inclusive a complexidade de se administrar tais regras de controle social, passando também pela reflexão sobre a educação. Na obra *O Espírito das Leis* (1748), um marco do pensamento liberal do século XVIII, expressa o seu ponto de vista de como regulamentar a sociedade, tendo em vista a questão da “justiça social”. A justiça social na concepção do autor possui um direcionamento específico: a burguesia que não é ainda o povo enquanto massa. Já os pensadores do século XIX, o conceito de povo passa a ser enxergado de forma diferenciada, especialmente para os “funcionalistas”, como John Stuart Mill, que direcionou sua análise em função de uma sociedade de massa, vista como anteparo de um processo democrático moderno. Veremos que esse processo de modernização local mantém seus vínculos com uma conformação social resultante de um contexto histórico relativamente longo.

O início de nossa experiência de coleta de dados foi junto às instituições escolares em projeto<sup>3</sup> financiado pelo CNPq, de 1995 a 1997, onde fizemos um levantamento de documentação nas dez escolas de Araguari e dezessete em Uberlândia no Triângulo Mineiro, em busca de fontes de interesse para o estudo da História da Educação, em seguida, a partir de 1997, numa continuidade do projeto, agora junto à imprensa, sendo as duas fases ligadas ao *Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia, MG.

A inclusão da imprensa no processo de investigação é uma continuidade, uma seqüência de busca de elementos inerentes ao processo histórico educacional. Através da busca junto aos jornais, e do contato com os gêneros literários de jornalismo informativo e dos gêneros literários do jornalismo opinativo; artigos, editoriais, reportagens, notas, pronunciamentos de autoridades locais<sup>4</sup>, veiculados nos periódicos: *Correio de Uberlândia* e *O Estado de Goyaz*. O suporte dessa pesquisa partiu dos

---

<sup>3</sup> Sob a coordenação dos professores: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, Prof. Ms. Carlos Henrique de Carvalho, Prof.<sup>a</sup> Ms. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Abrão Borges, o projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação, *História e Memória Educacional: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação da educação escolar na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba* (1880-1960), por parte de seus integrantes, tem como proposta preencher algumas lacunas no processo histórico, buscando subsídios teóricos-metodológicos, bem como a compilação de fontes de interesse para o estudo da história da educação. Tal projeto certamente trouxe à tona um período privilegiado para investigação no campo educacional.

<sup>4</sup> Cf. MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

artigos sobre a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* de iniciativa do titular da pasta do *Ministério da Educação e Saúde*, Clemente Mariani, o ensino técnico – comercial, industrial, o magistério, notadamente nos anos 1940, permanecendo este embate na imprensa acerca do ensino de massa também durante os anos 1950.

### **A História da Massificação do Ensino: o desencadear do processo**

Os dados dos quais partimos nos remete diferentes conceitos de democracia, e, principalmente, se tomarmos como ponto de partida modelos sugeridos a partir dos séculos XVIII e XIX. Essa democracia está inteiramente ligada a idéia da existência do Estado como organizador da sociedade, portanto sujeito a regras manifestando-se de forma mais intensa no antecessor de Stuart Mill, Barão de Montesquieu. Assim,

Como observamos que o mundo, formado pelo movimento da matéria e privado de inteligência, ainda subsiste, é necessário que seus movimentos possuam leis invariáveis; e se pudéssemos imaginar um mundo diferente deste ele possuiria regras constantes ou seria destruído<sup>5</sup>.

A preconização da existência do Estado é uma necessidade na postura do autor. O Estado compreendido aí é o Estado Político e o Estado Civil definido por Montesquieu. Para ele,

Além do direito das gentes, que diz respeito a todas as sociedades, existe um direito político para cada uma delas. Uma sociedade não poderia subsistir sem um governo. A reunião de todas as forças particulares forma aquilo que chamamos de Estado Político. As forças particulares não podem reunir-se sem que todas as vontades se reunam. A reunião destas vontades, ...é o que chamamos de estado Civil. A lei, em geral, é a razão humana, enquanto governa todos os povos da terra; e leis políticas e civis de cada nação devem ser apenas casos particulares onde se aplica esta razão humana<sup>6</sup>.

Existe uma lei maior que governa a humanidade, conhecida como lei geral que é a *razão humana*, segundo Montesquieu. Esta lei geral governa as particulares. Com esta definição, o pensador procura demonstrar que as regras de orientação da sociedade

---

<sup>5</sup> Cf., MONTESQUIEU, Barão de. *O Espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.16.

independe da vontade de cada um, sendo portanto necessário a manutenção de uma instituição capaz de estar acima das vontades particulares, o que seria um poder independente e gestor dessa razão geral, assumindo uma condição de pretensa neutralidade, o Estado é visto como uma representação. Com isso o autor justifica a criação do Estado como árbitro das ações humanas: a ação política, a ação econômica, a ação educacional. Tomemos como ponto de partida a educação. Ela não foge ao controle, também previsto no seu pensamento, pois,

as leis da educação são as primeiras que recebemos e como nos preparam para sermos cidadãos, cada família que deve ser governada no mesmo plano da grande família que compreendem todos. Se o povo em geral tem um princípio, as partes que o compõem, isto é, as famílias, também o terão. As leis da educação serão, portanto, diferentes em cada espécie de governo. Nas monarquias, terão como objeto a honra; nas repúblicas, a virtude; no despotismo, o temor<sup>7</sup>.

Como se vê, a idéia de que a educação começa do berço marcou presença no pensamento político do autor do século XVIII. Esta idéia alastra-se para além do século XIX e XX, sendo forjado inclusive na elaboração da construção da estrutura que viria compor o Estado, enquanto organizador e guia das funções sociais, sendo a educação um de seus substratos ideológicos. No entanto, a educação não deve ser tomada apenas como aparelho ideológico a serviço do Estado. Outras componentes entram como integrantes no processo, amarrando-se com os setores mais diversificados da sociedade; culturais econômicos, políticos, só para citar os mais representativos. Quando nos propomos verificar os caminhos da massificação do ensino analisando os discursos presentes na imprensa, procuramos examinar alguns desses detalhes. Qual foi a nossa surpresa ao depararmos que grande parte do foi colhido nos jornais locais, possuem aproximações com o pensamento político desenvolvido a partir da segunda metade do século XVIII, e, sendo a forma da organização do discurso uma relação íntima com o pensamento político do século XIX. A idéia de que a educação vêm do berço, como salientamos, presentes na obra de Montesquieu, ganha corpo em termos de representação política em outros pensadores do século XIX. Estes pensadores sugerem que a formação do Estado tem como base de organização familiar. Friederich Engels

---

<sup>6</sup> Ibidem, MONTESQUIEU, 1996, p. 16  
Ibidem, MONTESQUIEU, 1996, p. 41.

(1979), em *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado* propicia uma das formas de pensar determinada sociedade, atentando para origem de sua estrutura. Assim,

de acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção material e reprodução da vida imediata. Mas essa reprodução são de dois tipos; de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. Engels demonstra pela análise dos dados concretos, que o modo de produção material é o fator principal que condiciona o desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais<sup>8</sup>.

Dentro da visão elaborada pelo referido autor, estava a preocupação fundamental, que é um tipo de representação criada no intuito de fornecer a base para uma sociedade de orientação liberal, tendo como idéia central a formação de instituições capazes de manter sob jugo da razão, parcelas significativas da sociedade. Esta razão seria a burguesa que daria origem estado Burguês. Engels desenvolveu criticamente essa idéia da formação do Estado Burguês, porém ele não esteve sozinho nessa empresa. Tomamos por exemplo outro pensador inglês, John Stuart Mill, em duas obras fundamentais dentro do pensamento político liberal que são: *Princípios Fundamentais de Economia Política – com algumas de suas aplicações à filosofia social* (1983). e *Sobre a Liberdade* (1991), obras em que foram desenvolvidas a linhagem básica da orientação política do autor, no que se refere a economia e sua estreita relação com a educação de massa. Mill, na sua visão de reformador, não abdicava de sua orientação liberal, apenas quis dar uma roupagem diferente ao processo de desencadeamento no campo educacional, tendo como anteparo o preparo das engrenagens, que seria o suporte, não só de uma sociedade industrial, mas a solução de uma “crise” inserida no interior da mesma, resultante do modelo exigido pelos chamados donos do poder que, ao mesmo tempo tentavam manter os privilégios, necessitavam de ampliar a sua lógica de riqueza, e também o controle dos ânimos de uma sociedade de massa em crescimento acelerado. Na continuidade dessa empreitada, o fato mais premente adveio da

---

<sup>8</sup> Cf., ENGELS, Friederich. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. 5 ed., rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 2. (coleção Perspectiva do homem).

aceleração tecnológica, exigida pelo progresso industrial. O que fazer com a população ativa, como utilizá-las sem provocar o estrangulamento das expectativas tanto das classes abastadas quanto das classes subalternas ao processo. Este foi o desafio vivido a partir do século XIX, e que não passou sem críticas, dentro do que ela acreditava, ser a lógica necessária a uma sociedade de massas. Observemos a seguinte passagem na obra de Mill,

Reservei para o último lugar uma das razões mais fortes contra a ampliação da interferência governamental. Mesmo que o governo pudesse abarcar em si mesmo, em cada setor, toda capacidade intelectual eminente e todo o talento ativo da nação, nem mesmo assim seria menos desejável deixar que grande parte dos negócios da sociedade seja conduzida pelas pessoas diretamente interessadas neles. A prática da vida constitui um componente essencial da formação prática de um povo; sem ela, o livro e a instrução escolar, ainda que sejam altamente necessários e salutares não bastam para conduzir os negócios e para adaptar os meios aos fins. A instrução é apenas um dos desideratos do aperfeiçoamento mental; outro quase tão indispensável quanto esta é um exercício vigoroso das energias vitais: o trabalho, o espírito inventivo, o discernimento e o autocontrole – e o estímulo natural para essas coisas são as dificuldades da vida<sup>9</sup>.

Nesta parte da obra, o autor procurou definir como que uma espécie de estratégia na elaboração da estrutura da sociedade com o objetivo de fazer funcionar a máquina do Estado, sugerindo e mostrando qual seria o modelo ideal de educação, quando esta se voltava para as massas. O funcionalismo expresso no pensamento de John Stuart Mill

---

<sup>9</sup> MILL, John Stuart. Os Fundamentos e os Limites do Princípio do Laissez-faire “ou não Interferência”, p. 400. In: *Princípios de Economia Política : com algumas de suas aplicações à Filosofia Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (vol. 2). Estas e outras passagens a respeito da proposta da moderna democracia no Ocidente, aparece especialmente no capítulo XI do segundo volume, “Os Fundamentos e os Limites do Princípio do Laissez-Faire ou Não-Interferência”, pp.395-421. A idéia de como articular uma educação direcionada às massas sem ferir profundamente os interesses explícitos da sociedade capitalista, aquelas que detêm o poder econômico, aparece como artifício sutil na argumentação de John Stuart Mill, visando respaldar um contexto histórico presente na condução do povo, propiciar educação, prepará-los para enfrentar os desafios resultantes da ordem imposta, controlar, disciplinar, apaziguar. O autor mostra as formas adequadas, no seu ponto de vista, para que tal sociedade funcione. Intelectuais conferem-lhe o estigma de reformador, ao propor, mesmo que de maneira meticulosa numa sociedade industrial, cada estrato social possuir o seu lugar definido e com uma missão a cumprir no seio dessa sociedade. Essa postura vivida ao longo do século e que se alastrou para além do século XX, evidencia não só a “crise” do liberalismo, mas uma tentativa de forjar-lhe uma organicidade, na qual a educação das massas entraria como o principal sustentáculo dessa tarefa. A obra surgiu num contexto em que as chamadas “revoluções burguesa” assolavam Europa cujo ano de referência é 1848.

encontra-se intimamente ligado ao processo democrático moderno, visto de uma forma sistemática, sobretudo a partir do século XIX. Esse moderno tão propalado no pensamento político desses intelectuais ganha força com a difusão da idéia de que o Estado não deve intervir na sociedade de forma indiscriminada, mas em setores específicos, entre esses setores está a ação política educacional, que não deve ficar à margem da intervenção estatal, como também não se aconselha uma total liberdade de ação por parte das pessoas que exercem a condição de mando no setor privado. Essa condição imposta pelas condicionantes históricas passa necessariamente pela sociedade de massas, uma preocupação fundamental na elaboração da proposta do autor. Ele não descuidava da educação das massas, constituindo assim, no cerne dos seus pressupostos, como organizá-las em termos de uma pedagogia adequada à realidade histórica do capitalismo e suas pretensões universais e sem fronteiras.

Embora o autor acima estivesse dentro de uma sociedade européia, a sua visão era de totalidade. Ele enxergava aquela situação como aplicável à maior parte dos países do mundo. Em parte o autor teve suas razões, pois seus exemplos foram seguidos de perto no ocidente, não sem controvérsias, o seu pensamento marcou acentuadamente a diretriz metodológica do pensamento educacional no mundo ocidental: norte americano, latino-americano, e o brasileiro não fugiram à regra.

Como já salientamos, a definição de uma sociedade de massas, estava ganhando corpo a partir dos ideólogos do pensamento político do século XVIII, acelerando-se ao longo do século do XIX e XX, na reflexão dos continuadores devotados a essa forma de pensar o processo histórico. É evidente que a educação representou e continua representando um papel fundamental nesse processo de consolidação de uma ordem, calcada nos princípios liberais, assunto que passou muitas vezes nas análises econômicas principalmente, como se fosse uma mera coadjuvante na história do pensamento político. Essas serão algumas das noções da qual partiremos ao longo desse trabalho. Antes vejamos a definição de sociedade de massas,

termo usado para descrever a condição das sociedades modernas em que forma tradicionais de associações como comunidade, classe, eticidade e religião declinaram, e em que organização social predominante de grande escala e burocratizada, pelo que as relações sociais são impessoais. Em formulações extremas a “sociedade de Massas” é retratada como uma sociedade em que a população é uma massa indiferenciada, sem raízes na comunidade, incapaz de discriminação em matéria de gosto cultural e de

política, e, por conseguinte sujeita a ondas de emoção e moda, fácil presa de manipulações por parte de inescrupulosos e líderes carismáticos<sup>10</sup>.

O conceito acima fornece alguns subsídios daquilo que iremos detalhar no decorrer do texto. A definição nos ajudará sem dúvida nas análises das falas presentes nos textos jornalísticos coletados. No início do presente capítulo retomamos algumas idéias de intelectuais do pensamento político dos séculos XVIII e XIX, e não foi por acaso, pois, não seríamos coerentes com o nosso objeto se partíssemos de uma idéia pronta e acabada, o que não convém por no mínimo duas razões que consideramos fundamentais: a primeira é que não se pode falar em ensino de massas sem recorrer a movimentos dessa natureza oriundos dos referidos séculos, que estão inexoravelmente vinculados ao pensamento político principalmente. Tal pensamento político influenciou e continua influenciando projetos de natureza educacional. A segunda é que em termos de ação educacional brasileira esse modelamento marca presença nas ações políticas educacionais, com ênfase no preparo das massas, sobretudo a partir dos anos 40, motivo pelo qual resolvemos aprofundar esse estudo explorando as especificidades contidas nos discursos jornalísticos. As aproximações são muitas com pensamento político liberal presente na Europa, revelando a complexidade desta proposta, que embora seja peculiar a cada região, tem aparecido explicitamente nas falas jornalísticas, elemento aqui e ali, que evidenciam um tipo de representação de sociedade caminhando a reboque do referido processo.

### **A preparação do Terreno**

As abordagens acima, nos levaram a indagar a respeito do pensamento político educacional. Com referência ao processo de massificação do ensino, este pode ser espelhado num dos artigos publicados no *Correio de Uberlândia* (1948), revelando, assim, algumas das facetas do processo que estava se desenrolando em todo mundo. De posse desta idéia vejamos o que revela o artigo de Pedro Calheiros Bomfim.

O movimento de recuperação de analfabetos vai, dia a dia, assumindo uma posição e excepcional importância em todo mundo. De início foi o México que, visando a recuperação dos adultos e adolescentes marginais, cuidou de instituir uma campanha de Alfabetização de vastas proporções. A seguir o

---

<sup>10</sup> DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX, Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 720.

movimento estendeu-se a outros países e as experiências registradas apresentaram resultados satisfatórios. Após a recente guerra mundial, verificou-se que era necessário executar um plano eficiente de recuperação do homem adulto. O estudo do assunto foi entregue ao setor competente da organização da Nações Unidas: UNESCO. Esta vem cuidando do problema e seus planos nesse sentido foram lançados quando o Brasil antecipando-se à execução do programa da UNESCO, preparou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no começo do ano próximo passado. Os preparativos couberam ao professor Lourenço Filho, Diretor do Departamento Nacional de Educação. Seu nome era uma segurança para o êxito do movimento que o ministro Clemente Mariani, com o apoio do presidente Dutra, denominara uma nova abolição. Na verdade, em um país em que mais da metade da população adulta e adolescente, segundo estatísticas é constituída de analfabetos, um movimento com tal objetivo não poderia receber a denominação mais adequada. Lourenço Filho reuniu seus técnicos e de começo foram instaladas pelo Governo da União cerca de dez mil classes de recuperação de analfabetos. Na história das iniciativas em favor da educação, não conhece uma tarefa que tenha sido planejada e executada como ocorreu desta vez no Brasil. Convocaram-se em 1947 dez mil professores para colaborar no patriótico movimento enquanto quinhentos mil adolescentes e adultos não tiveram a oportunidade de freqüentar escolas, matricularam-se nas classes instaladas. Em um movimento sem precedentes. Graças às providências do Ministro Clemente Mariani e do Professor Lourenço Filho, assistido por seus técnicos, foi possível, começar uma obra educacional de envergadura e responsabilidade<sup>11</sup>.

Já no início do artigo podemos deparar com que há de mais significativo no que tange ao desenvolvimento educacional na América Latina, mostrando uma realidade complexa que, aliás, se constitui num emaranhado, numa espécie de teia envolvendo de certa forma uma diretriz mundial, cujo processo nos leva uma lógica universal conhecida como ordem capitalista mundial, mas não reduzindo somente ao econômico, embora esse fator deve ser tomado como carro chefe das ações políticas no campo educacional. O movimento em prol da educação de massas, que no Brasil tem ganho de peso nos anos quarenta, compartilha desta lógica expressa no artigo, entrando como

---

<sup>11</sup> Cf., BOMFIM, Pedro Calheiros. *Correio de Uberlândia*, ano XI, n.º 2.542, de 06 de dezembro, de 1948, p. 04. “Em Torno de uma Campanha Patriótica”. Trata-se de uma ligeira amostra da situação que estava ocorrendo em termos de iniciativas de políticas em torno da educação de massas, uma realidade complexa e frutífera para estudos mais aprofundados.

integrante desse imenso projeto reestruturação vivido naquele momento histórico. A América Latina, incluindo Brasil funcionava como alicerce estrutural do mega-projeto patrocinado pela UNESCO. A educação de jovens e adultos é vista no sentido de propiciar amparo técnico a chamada sociedade industrial. O papel da imprensa na significação do interesse entendido como universal passa pela noção de que estes países estariam na “contra-mão” da história, e o preparo intelectual das massas, constituía-se, a partir daquele momento, como que uma espécie de atalho para a modernidade.

A idéia da ação política educacional, acerca da educação de massas no Brasil pode ser notada com a queda do império e instalação da República, época em que as discussões versavam sobre a questão da unidade nacional, a construção de um processo visando uma federação. Jorge Nagle, na obra *Educação na Primeira República*, (1976), traz à tona elementos que servirão para estabelecermos um estudo comparado com discurso presente na imprensa sobre o agitar de idéias infiltradas e impregnadas nos textos jornalísticos. Tomemos como exemplo a seguinte citação:

o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a República Velha, ocasionou a aceleração da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente de especialização de funções, de que resultaram o aparecimento de novas *camadas* sociais e a diferenciação das antigas classes dominantes; a história do período deve ser percebida com a consolidação do empresariado rural e a evolução do proletariado industrial. Na década dos vinte, os sinais do aparecimento do novo modelo se apresentam de maneira mais manifesta pela presença de desarmonia de valores, interesses e expectativas dos diversos agrupamentos. A inquietação social e a efervescência ideológica servem para demonstrar a afirmação. Tanto uma como a outra são frutos do desajustamento entre os dois conjuntos de relações sociais: aparecimento de novas camadas e existência de tradicional sistema de classes; enfim, pode-se falar, no momento, na presença de classes residuais e de classes emergentes<sup>12</sup>.

A lógica do processo veio seguindo sem grandes alterações durante a República Velha. Com implantação do Estado Novo, o que se deu a partir de 1937, prolongando-se

---

<sup>12</sup> Cf., NAGLE, Jorge. “Os setores da sociedade brasileira” p. 26. In: *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: E.P.U., 1976, 400p. Nesta primeira parte do livro o autor tece reflexões sobre três setores da sociedade: o setor político, o setor econômico e o setor social, mostrando como o projeto de educação vai sendo construído e forjado em cada um destes setores durante a Primeira República (1889-1930).

até 1945, outros fatores devem ser levados em conta. A educação que seria uma necessidade passa ser não só uma mera necessidade mas uma obrigação do Estado, que se empenhou de corpo e alma nessa tarefa, atuando tanto no setor urbano como no setor rural, este ultimo um pouco mais tímido. Após 1945, com a mudança de governo e o “termino” da ditadura Vargas, o campo educacional começa tomar rumos diferenciados sob a tutela do Estado, sendo os responsáveis pelo setor educacional, Lourenço Filho e Clemente Mariani, não faltando discursos apologéticos em defesa da educação nacional. A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes articuladas por eles em 1947, constituiu-se num dos tentáculos do processo de massificação do ensino, com resultados louváveis dentro daquilo que propugnavam, ou seja, preparar a nação para o futuro, a exemplo do que estava acontecendo tanto nos países do “primeiro mundo” quanto em outros países em especial os países da América Latina. Promover campanhas de alfabetização em massa era tônica dos projetos de ação política imediata, de formação de quadros de funcionários qualificados para o exercício exigido pela lógica propulsora do “progresso”, neste aspecto, os meios de comunicação de massa, em especial a veiculação do discurso jornalístico, assumiu como que uma posição de vanguarda no que diz respeito a divulgação da informação e da formação da opinião pública.

Não devemos esquecer, no entanto, que o nível educacional, tomando como parâmetro o caso brasileiro nos anos quarenta, algumas contradições necessitam ser esclarecidas. 1) o nível de analfabetos elevado e o pouco contato com leituras o que lhes era desfavorável inteirar-se com que havia de “avanço” no mundo em termos tecnológicos; 2) a escassez de material e professores qualificados que dessem respaldo às situações vividas pelas regiões mais distantes; 3) proporcionar uma educação igualitária a todos, independente das distâncias e variações culturais, sendo importante dentro da meta proposta, valorizar a nacionalidade em termos de união de seu povo. O papel que a imprensa desempenhou nessa tarefa de divulgação do projeto de educação em massa, não foi pequeno, e o ganho dessas campanhas foi considerável, resguardando-se o forte componente ideológico presente, e que de certa forma, foi e continua sendo sentido.

A exemplo do artigo analisado nesse trabalho, um editorial do *Correio de Uberlândia* (1948) aborda a questão da educação de massa na América Latina mostrando o empenho de um país em especial, o Chile, com o seu “corpo Cívico de Alfabetização”. O editorial mostra que assim,

Como o Brasil, também o Chile está empenhado em dar combate ao analfabetismo. Segundo nos conta uma reportagem da jornalista Elsie Lessa, publicada no “O Globo”, o atual Ministro da Educação daquele país, o sr. Armando Mallet, considera o combate ao analfabetismo o “item número um do programa de seu Ministério”. Para tanto a direção geral da Educação primária tem uma secção especializada de Educação de Adultos, que funciona em escalas vespertinas e noturnas mantidas por uma instituição de caráter nacional e patriótico, “Corpo Cívico de Alfabetização Popular”. “Desse movimento – diz a jornalista brasileira – participa toda a população culta do país, a fim de, gratuita e desinteressadamente, alfabetizar os seus compatriotas”. O plano do ministro Chileno é transformar por algum tempo, cada lar, cada fábrica, cada escola, cada oficina numa escola de alfabetização. Ao lado desse trabalho, já existem as “Escolas Ambulantes de Cultura Popular”<sup>13</sup>.

O referido texto encerra-se conclamando para que o Brasil assuma a dianteira do processo de alfabetização, enaltecendo os dividendos colhidos pela campanha contra o analfabetismo. Não sem razão, porque sendo o país de maior extensão territorial e potencialmente forte economicamente, reuniria amplas condições de desenvolvimento do seu potencial humano, tanto no preparo de sua gente para enfrentar os desafios impostos pela ordem, quanto a preparação e consolidação das bases necessárias a uma nação possuidora do “estigma” da liderança, ou que, pelo menos deveria incorporar e encampar essa luta em favor da educação de massa.

Numa análise mais acurada do processo, veremos que esta forma de educação proposta dentro do modelo que se convencionou chamar democrático e moderno, entra na América Latina com força substancial, e esse processo de alfabetização em massa requer um pouco mais de tino e observação dos denominados ânimos benéficos para a nação, por parte dos poderes constituídos. A América Latina segundo Florestan Fernandes,

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização”, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. (...) O sistema básico de colonização e de dominação externa, experimentada por quase todas as nações latino-americanas durante pelos menos três séculos,

---

<sup>13</sup> *Correio de Uberlândia*, ano XI, n.º 2.497, de 28 de setembro de 1948, p. 02. Editorial: “Um Exemplo”

foi de acordo com os requisitos econômicos culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial”. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político <sup>14</sup>.

Florestan Fernandes deixa implícito que algo estaria sendo feito ao longo de três séculos de dominação. Em outras reflexões o autor tangencia esse fator de legitimidade alegado dentro do processo de dominação, como a formação da “ordem nacional competitiva” presente, entre outros países, na América Latina em especial <sup>15</sup>. Pela referência acima pudemos perceber que um dos principais fatores que conferem legitimidade ao tipo de proposta mais próximo das metas de dominação por parte da classe dominante, notadamente a partir da implantação da República no Brasil é a forma bem pensada de conferir o ensino às massas. A escolha do projeto de ensino mais adequado, a forma de aplicação deste ensino em determinado meio, a preocupação com a união nacional, são alguns dos elementos disponíveis como componentes da ordem nacional competitiva.

O prosseguimento das ações políticas na educação, posta em pauta a partir dos anos trinta é tratado em algumas obras consideradas clássicas neste tipo de abordagem, e, logicamente, a problemática da massificação do ensino aparece como condutora na preocupação dos autores. Na obra escrita a três mãos por estudiosos dedicados ao assunto, está uma referência fundamental para aqueles que se interessam pela História da Educação. O livro aborda de forma crítica o valor das atividades políticas de Gustavo Capanema, que exerceu a função ministro da Educação e Saúde no período Vargas 1934 a 1945, período conhecido como “Estado Novo” (1937-1945).

Estudar os tempos de Capanema significa, acima de tudo de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios. Nascido na passagem de século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a exitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central e relação aos assuntos de educação e cultura no país. Estes foram também os anos de

---

<sup>14</sup> FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.13.

<sup>15</sup> Outras obras do autor que nos chamaram a atenção, sobre abordagens a respeito das ações políticas no “Terceiro Mundo”, são elas: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: Quatro ensaios sobre o “poder institucional*. 2 ed., São Paulo: HUCITEC, 1979, (Coleção estudos brasileiros – 6). FERNANDES, Florestan. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*, 3 ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contara as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcados por estes eventos.<sup>16</sup>

O período de atuação de Capanema representa um marco na historiografia brasileira envolvido numa plêiade de contradições, pois ao mesmo tempo em que se clamava por democracia e lutava-se contra o nazismo e o fascismo no mundo, em especial na Alemanha e Itália, inclusive com a participação brasileira, o país vivia internamente algo bem próximo desses Regimes, onde a coerção do povo, o cerceamento da liberdade, aparecia de forma sutil ou mesmo explícita. O que demonstra formas diferenciadas de adoção de uma ordem condizente com a chamada crise do sistema capitalista, que não estava resolvida tanta na Europa, com nas Américas e no Brasil. Os Regimes ditatoriais de vem ser entendidos como artifícios, ou mesmo tentativas de soluções apressadas, e que dão uma resposta apenas momentânea na manutenção do Status quo. Portanto, é para esta fala que devemos estar atentos, para com a idéia de elaborar projetos educacionais, tomando como base a situação brasileira no período Vargas. Seria preciso modelar o sistema educacional tendo em vista articulá-lo às “necessidades das massas”. Gustavo Capanema representou uma espécie de articulista arguto na adequação da política implementada por Getúlio Vargas ao processo educacional.

A fala da imprensa não está alheia à política no campo educacional no período de referência, como podemos observar nas “Atividades Escolares no Brasil”, artigo publicado no *Correio de Uberlândia* em 1940.

Se o Lema do governo federal, antes de 1930, era abrir estradas, pode-se afirmar que o seu objetivo depois de 1930, é a educação. Em matéria ensino vem o governo desenvolvendo uma série de magníficas realizações, quer na liquidação do analfabetismo, no aparelhamento das escolas secundárias, quer na preparação consciente dos estabelecimentos de ensino superior. O exito destes empreendimentos deve-se sem dúvida alguma, ao descortino e visão com que o ministro da educação Gustavo Capanema, escolhe seus auxiliares,

---

<sup>16</sup> Este livro foi escrito por três autores (as) Simon SCHWARTZMAN, Helena Maria Bousquet BOMENY e Vanda Maria ribeiro COSTA. *Tempos de Capanema* São Paulo: EDUSP, 1984, p. 15. (Coleção Estudos Brasileiros; Vol. 81). 388 p. A obra traz como apêndice uma série de cartas de autoria de Gustavo Capanema, correspondências que procuram revelar a dedicação de Capanema à “causa política e educacional” da Nação Brasileira.

de reconhecida competência. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos envia ao Ministério da Educação, todos os meses, um relatório contendo a súmula dos atos principais da vida educacional do país ocorrido durante os últimos trinta dias. Por esse trabalho pode-se observar e calcular quando se faz em matéria de educação na nossa terra. Sabe-se que o governo da união está auxiliando a vários Estados a desenvolver o plano de construção de escolas de todos os tipos e categorias.<sup>17</sup>

Um olhar atento para o artigo do jornal, perceberá uma forma de arquitetura sutil por parte da imprensa local, em mostrar os reveses provocados pela mudança de orientação política no campo educacional. A fala do autor nos propicia pensar a dimensão das ações políticas no diz respeito não apenas sobre o desejo de montar projetos educacionais que viessem de encontro ao a tarefa determinada do governo, de conferir a instrução à maioria da população, principalmente àqueles que não tiveram e continuavam a não ter as oportunidades no tempo adequado a esse fim, educar para transformar, como também deixa transparente que a educação e a instrução são partes de um contexto histórico/social/econômico, não sendo, porém, uma medida simples de decisão dentro do metas traçadas, tais como: manter o país unido em favor de uma ordem hierárquica, dar sustentabilidade ao processo desenvolvido nos anos trinta, e que ganha ressonância considerável para além dos anos 40.

Gustavo Capanema teve papel crucial nessa empresa como um articulador entre a político governamental do período Vargas e a preocupação com formação de bases para a montagem do referido processo. A complexidade imanente da tarefa “escolhida” revela a diretriz política e educacional para as massas, valendo-se de propagandas através dos meios de comunicação de alcance rápido, eficiente e competente na divulgação das idéias, em que participam o rádio, os panfletos, a imprensa nacional, bem como a imprensa dispersa pelo interior do país. Quanto a proposta didático-pedagógico, procura-se um alternativa para tornar o ensino mais eficiente, trabalhando-se especialmente o critério das competências. A participação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sob a tutela do Ministério da Educação, através de seus relatórios, enviava periodicamente ao governo federal a situação em que se encontrava a problemática da falta de escolas, a necessidade de ações específicas com o intuito de

---

<sup>17</sup> *Correio de Uberlândia*, ano III, n. ° 528, de 5 de setembro de 1940, p. 02. Artigo: “As Atividades Escolares no Brasil”. Autor: Romulo Argentiére [ Da U.I.B. para o Correio].

“engajar a população” nessa luta contra analfabetismo com tendências crônicas. O detalhamento dos relatórios revelava números importantes no sentido de permitir uma ação veloz e eficaz por parte do governo federal. Essa ação estava intimamente ligada a um plano macro estrutural, ou seja, o Brasil como um todo. A maior parte dos Estados, revela por intermédio de seus números, os vários caminhos que este processo de massificação do ensino vai tomando. Para dar sustento os trabalhos das bases pedagógicas para este fim, são adotadas medidas de apoio, além dos meios de comunicação de massa: os livros didáticos, a organização dos serviços de orientação profissional, o contato com idéias de educação e formação profissional oriunda de outros países, que chegavam até aqui através de nomes como *Anísio Teixeira*, *Fernando de Azevedo*, como uns dos mais representativos nesse campo.

A educação passa a ser vista por um viés diferente dos anos anteriores, como poderemos verificar na seguinte análise deste período:

O que ocorria na área da educação e da cultura naqueles anos fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do país, que não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de “modernização conservadora”. É um processo que permite a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder e leva à substituição da elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada. É natural que os membros desta nova elite, que vêem seus horizontes alargarem, se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e freqüentemente criticando, muitas de suas limitações. Isto explica sem dúvida, a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema – tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da Cultura Clássica sobre a científica nas escolas, da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e o teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais.<sup>18</sup>

O povo precisava ser educado, ser preparado para trabalho qualificado, necessitava de atitudes capazes de proporcionar respostas adequados ao modo de proposto pela ação governamental. A união de esforços era tomada como ponto pacífico

em todos recantos do país, norte sul leste e oeste. Uma integração “perfeita” do povo à chama ardente da fogueira da liberdade e da democracia. Fazer do Brasil um país grande era essa ou pelo menos deveria ser o desejo maior de cada brasileiro.

O que estava acontecendo no campo político educacional, sobretudo no início dos anos 40, expressa uma atitude de coerência, tanto entre o modelo de ação dos governos e a maneira de adotar uma pedagogia que desse respaldo não só a forma culta, mas o preparo para enfrentar o mercado de trabalho, pois é condição suficiente e necessária que estivessem preparados (as) para este fim. Como exercer o controle sobre a população ativa necessária ao desenvolvimento do empreendimento Brasil? Nesse ínterim surgem propostas de discriminação de atividades, hierarquização de categorias. A mulher, que nessa época já possuía legalmente o direito de votar, é “chamada” a participar do projeto Brasil. Entretanto, essa participação se daria em condições muito específicas,

O grande e inestimável benefício educacional emprestados as escolas profissionais, á mulher de poucos recursos já está demonstrado com a amplitude, pelo elevado numero daquelas que conseguiram cursar um desses estabelecimentos. Ao mesmo tempo que usufruem elas conhecimentos seguros de diversas profissões adequadas ao seu sexo, as escolas profissionais oferecem um importante passo na solução de problemas domesticos. Os cursos de economia domestica, puericultura infantil e outras preciosidades na estrutura de um lar, são aplicados nos ensinamentos oferecidos nesses magnificos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, que de uma escola profissional sae uma excelente e capacitada costureira, bordadeira, florista, tambem uma completa dona de casa está assegurada para qualquer circunstancia. Si em sua marcha cheia de imprevistos lhes oferecer um lar em abastança, os seus prfedicados administrativos se definirão em diversas maneiras, dando ensejo para que a inata bondade da mulher se espalhe em manaciaes de felicidades aos desprotegidos, passando naturalmente a oferecer dos seus multiplos conhecimentos miraculosa proteção a um determinado numero de desditosos, pois a mulher que se prepara para “ o que – der – e – vier” da vida, compreende melhor do que qualquer outra a dor alheia. Em caso contrario, se em vez de abastança uma pobreza acentuada for a companheira da mulher que passou pelos bancos de uma instituição profissional apegar-se-á aos conhecimentos adquiridos e bondosamente conquistará o pão de cada dia a espera de melhores dias,

---

<sup>18</sup> Ibidem , SCHWARTZMAN, BOMENY,COSTA, 1984, p. 19.

estando assim garantida a face social da mulher que habilitada não prevarica em hipótese alguma, porque a esperança é uma eterna promessa plantada no coração e na alma da mulher.<sup>19</sup>.

O artigo revela uma das faces do processo histórico educacional assumido no início dos anos quarenta, o que sem sombra de dúvida deixa transparente, pelo menos no nível do discurso, “o lugar adequado” que a educação deveria ocupar. Notaremos, através da leitura atenta do artigo, a existência de uma de um forte componente ideológico, em que grande parte da população acaba “absorvendo” e colocando em prática, ganhando corpo no seio do processo político, congregando assim esforços no sentido de prevalecer as conveniências impostas pelo a ordem econômica mundial. O mundo vivia então às voltas com a Segunda Grande guerra (1939-1945). O que estava em jogo, era outra conformação de capitalismo, dentro de uma lógica invariável de explorar, de subordinar, de doutrinar, para proporcionar um arremate nas suas arestas, sem abrir mão dos privilégios daqueles que possuem o poder de decisão. A questão do fornecimento da matéria prima para os países industrializados, já se encontra ameaçada em termos de gerador de divisas, e o desenvolvimento interno passa a ser a “ordem do dia”, apontando para a formação de competências com outros centros mais desenvolvidos. Às voltas dessa complexidade de fatores econômicos coexistem as ascensões de movimentos nacionalistas de tendências totalitárias. Indubitavelmente o processo educacional, não passa em branco por esses movimentos. A educação é pensada como meio de articular as muitas tendências nos vários campos de ação. A mulher, embora em condições de prevalência de sedimentos ideológicos, é “convidada” a participar da construção do “grande país”.

Um editorial publicado pelo *O Estado Goyaz* (1942), traz as nuances de um processo que estava se desenrolando na esfera educacional, fazendo elo entre a educação e a democracia. No entanto, a democracia proposta aparece como reveladora de contradições, sobretudo porque ela não estava sendo colocada em prática a contento pelas chamadas reformas do ensino no âmbito primário, secundário e superior, que se constituiu na ação da classe governante mais intensa. Porém, a timidez das reformas surge como fator de entrave do desenvolvimento econômico brasileiro. O ensino é visto

---

<sup>19</sup> CORREA JUNIOR. Escola Profissional e a Mulher. *Estado de Goyaz*, anno 9, n.º 676, de 27 de julho de 1941, p.03.

como ponto crucial, como condição de aceleração do progresso da nação. Não se reduzindo apenas a isso. Segundo o editorial,

Estamos caminhando aceleradamente para a democratização ampla de toda a nossa estrutura, política, econômica e educacional. Sucessivas reformas têm procurado, através de uma legislação existente, sanar as falhas do ensino secundário e superior. Todas essas reformas pecaram por não se ter observado devidamente o conjunto nacional. Assim o dizemos por não ter levado em conta o poder aquisitivo de nosso povo, condição de primordial importância nas reformas do ensino. A classe operária não pode ter filhos seus filhos cursando o ensino secundário e muito menos o superior; a própria classe média sente dificuldades extrema na educação que almeja, devido ao nosso alto custo de vida em face das condições econômicas internas do país. A nação com industrialização na infância, de poder aquisitivo muito pequeno para a própria classe média, precisa ter no ensino uma legalização mais liberal e adequada às nossas condições excepcionais de país agropecuario. Povos cultos não se escravizam e promovem ininterruptamente a emancipação econômica, cultural e política da pátria. Facilitar economicamente o acesso às escolas superiores e secundárias é o ponto de partida de u'a sábia propaganda democrática sem desvirtuamentos que a "quinta coluna" promove ininterruptamente. As reformas que sofreu o ensino – não obstante a intenção clara e honesta de moralização – por não observarem o lado econômico do povo, tornaram-se negativas por proibitivas e antidemocráticas. País de imensa extensão territorial, precisa de via de uma enorme legião de engenheiros, médicos, professores, juristas para o seu saneamento e engrandecimento cultural e cívico. Por outro lado, o ensino profissional precisa de disseminação em massa a favor do aproveitamento racional de suas riquezas. Na campanha ora empreendida a favor das democracias, não esqueçamos de que o ensino é o ponto de partida e condição de importância máxima na consecução de suas altas finalidades. Por que numa ampla frente de democratização não se compreende privilégio de uma classe rica única capaz de acesso aos cursos de humanidade e superior<sup>20</sup>.

A extensão territorial do país surge como um bom desafio para os responsáveis colocar em prática suas tarefas de educar a população no amplo sentido do termo. Educar para a democracia, educar para atender a demanda eminente do processo

---

<sup>20</sup>O Estado de Goyaz, ano 10, n. ° 774 de 1942, p. 04. Editorial: "Combata à 5.ª Coluna - A Democracia do Ensino".

industrial, educar para liberdade de expressão. A educação deveria ser o preparo de pessoal destinado ao processo produtivo, tanto o ensino primário, como secundário e superior, pois só assim, cumpriria as altas finalidades da democracia: permitir o acesso de pessoas ao ensino, não importando a sua condição sócio-econômica. Aqui, massificar o ensino rima com democratizá-lo. Dentre as muitas contradições inerentes ao regime em voga nos anos 40 e a massificação do ensino, poderemos apontar que a sua feição ganha uma conotação de hierarquização de possibilidades.

A luta contra o Fascismo, que caracterizou os anos 40, espelha uma realidade vivida pelas dificuldades passadas pelo capitalismo mundial, até como condição de solução dos problemas inerentes ao contexto histórico.

Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muitas idéias, projetos e ações que eram propalados e defendidos anteriormente. Mas não só lideranças políticas do país não se alteraram substancialmente no pós-guerra, como muitas das instituições por elas criadas se manteriam inalteradas pelos anos vindouros, dando ao Estado brasileiro uma série de características que se contrapunham ao liberalismo revigorado e recém-implantado pela Constituinte de 1946.<sup>21</sup>

Sobre este processo histórico atentemos também para a seguinte abordagem: mediante análise cuidadosa, desde o limiar da Primeira República, passando pelo Estado Novo, após o Estado Novo, e o suas amarras com o projeto de educação, tomando como exemplo o ensino laico, insere-se no modelo liberal ressaltando-se as diferenças. Aliás, demonstradas nas reflexões de Otaíza Romanelli nos anos 40, ganhando legitimidade constitucional.

Os princípios liberais da carta de 1946 que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-

---

<sup>21</sup> Ibidem, SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, pp.19-20.

se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se ela distanciava também da ideologia liberal democrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime<sup>22</sup>.

Na obra a autora se preocupa com uma questão fundamental que é o estudo da legislação escolar e suas implicações políticas, econômicas e sociais, e, principalmente como isso é tratado no interior das instituições escolares do ponto de vista didático e pedagógico, com vistas ao atendimento a ordem capitalista e sua lógica universal. Dois capítulos nos chamaram atenção pela afinidade com processo de massificação do ensino: capítulo 3 – “A educação e o desenvolvimento brasileiro após 30” (pp. 47-125) e o capítulo 4 - “A organização do ensino e o contexto sócio-político após 30” (pp. 127-191). No capítulo 3 Romanelli mostrar uma série de quadros estatísticos comparativos que permitem consulta rápida dos dados acerca número de instituições escolares, o rendimento do alunado nas disciplinas oferecidas, além da argumentação pertinente e crítica coerente. No capítulo 4, a autora discute, argumenta e critica os pressupostos da reforma Francisco Campos e suas vantagens para o processo que ora se arrolava.

Retomemos agora análise dos jornais como forma de intermediação de temáticas. O editorial traz informações reveladoras do processo de democratização do ensino. Toma como referência um educador de expressão nacional que é Mário Pinto Serva, pelas suas realizações no ensino. O educador serve como ponto de referência para evidenciar as iniciativas do governo na difusão do ensino, prognosticando que a partir de iniciativas como estas, e do educador, que é um dos mais eminentes colaboradores, conseguirá o Brasil se ver livre da “barbárie” do analfabetismo. A imprensa teve e continua sendo uma espécie de alternativa nessa empreitada, não só de divulgação de estatísticas, mas com atuação marcante junto aos poderes públicos e a população de maneira geral, na consolidação de um ideal democrático, na formulação de opiniões o elo entre o ensinar e democratizar.

Todos os jornais brasileiros dirigiram o Dr. Mario Pinto Serva um apelo no sentido de realizarem uma campanha afim de que todos as 1700 Municipalidades e prefeituras do Brasil decretem e levem a efeito a imediata extinção do analfabetismo em todo país. Esse apelo é do teor seguinte: E' a inteligência que dirige o homem (sic.) e a humanidade. Por isso todos os problemas humanos e sociais estão contidos dentro do problema da educação

---

<sup>22</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da Educação no Brasil*. 17ed, Petrópolis: vozes, 1983, p.146.

que os abrange a todos. E por sua vez o problema da educação está dentro do problema da alfabetização. Todas os atos e as atitudes humanas são determinados pela inteligência de que a vontade é uma das faculdades integrantes. Tal problema do Brasil e dos brasileiros. Disso dependem os destinos de todos os 45 milhões de brasileiros. Não dando a todos eles a alfabetização, de fato negamos-lhes todos os mais direitos. Ora, todos os homens tem, antes de tudo, direito ao amplo e integral desenvolvimento de todas as suas faculdades físicas e mentais. E' o que realiza a educação no sentido mais amplo da expressão, isto é, como o aperfeiçoamento completo do individuo. E assim como na base de tudo é indispensável que se proclame agora no Brasil a extinção do analfabetismo, como outrora se proclamou a extinção da escravidão. Ora, em todos os grandes países civilizados já se conseguiu esse resultado, e também o podemos alcançar no Brasil de pronto desde de que empregemos os mesmos meios aplicados em todos os países. E assim se todas as 1700 Municipalidades ou Prefeituras do Brasil decretarem e executarem essa extinção do analfabetismo, cada uma em seu território, teremos a eliminação imediata dessa calamidade publica<sup>23</sup>.

Uma boa referência para se pensar a questão da democracia, principalmente se nos atermos que tipo de representação política está sendo forjado no mundo, notadamente, o mundo ocidental, cujo principal foco de tensão está na configuração preconizada pelo liberalismo. A obra de referência, cujo título é *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*, nos dá alguma noção dessa forma de representação de sociedade. Bobbio, no entanto, deixa passar um certo otimismo com relação ao futuro dessa representação política, ao afirmar que os regimes detatoriais não possuem vida longa. Nesse sentido, caem por terra meta de elaborar projetos educacionais visando soluções imediatistas, como vinha ocorrendo a partir dos anos 40, como um remédio para ser aplicado na cura das crises vividas pelos regimes de orientação “liberal”. O quadro abaixo nos dá alguma noção do estava ocorrendo no Brasil a partir da primeira metade dos anos 1950.

Quadro – “Pelo recenseamento de 1950, ainda foi apurada no Brasil a alta percentagem de 51,75 de analfabetos, apesar das campanhas promovidas contra esse

---

<sup>23</sup> BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986, p. 9.

concreto social. Discriminadas pelas unidades federativas, são estes os algarismos encontrados”:

Guaporé.....50 ,08	Amapá.....5 5,92	Paraíba.....70 ,82	M. Gerais.....56,19
Acre.....6 5,62	Maranhão.....7 4,78	Pernambuco.....6 8,25	E. Santo.....52,99
Amazonas.....57 ,15	Piauí.....7 4,11	Alagoas.....7 6,55	E.do Rio.....44,03
Rio Branco.....55,50	Ceará.....68 ,82	Sergipe.....6 6,37	D. Federal.....15,44
Pará.....51 ,29	R.G. do Norte...68,02	Bahia.....6 8,45	S. Paulo.....34,70
Paraná.....47, 32	S. Catarina.....35,89	R. G. do Sul.....37,78	M. Grosso.....43,73
Goiás.....6 6,76	Brasil/Total	Brasil./Total	Brasil/Total.....5 1,75

**Fonte:** Arquivo Público municipal de Uberlândia, MG, *Correio de Uberlândia*, ano XVII, n.º 3.885, de 25 de março de 1954, p. 01.

Historicamente, a meta de difusão do ensino por todo o território nacional, ganha corpo no final dos anos 40 e vai alastrando-se pelos vários estados e território brasileiros, como mostra o quadro de 1950. Posturas críticas tem aparecido com frequência em notas de jornais, que atestam esta hipótese. Soluções imediatistas são apresentadas no sentido de conferir maior visibilidade ao processo de massificação do ensino, a exemplo do combate sem tréguas ao analfabetismo, é como se alguém possuísse uma “receita” apropriada para por fim a este “mal” que assolava o país. A nota a seguir elucida a questão, ao inferir que,

Sob o fundamento de constituir-se em incentivos a analfabetismo e de estimular a desenfreada demagogia eleitoral, com graves repercussões sociais de ser contra os interesses do país, as diretorias do centro e da Federação das Indústrias de São Paulo, em última reunião, deliberaram unanimemente enviar aos presidentes do senado e da câmara federal telegramas de repúdio ao projeto de emenda constitucional que estende aos

analfabetos o direito de voto. A notícia em foco, veiculada pela “Folha da Manhã”, de São Paulo, foi concluída com as seguintes palavras: Por todas essas razões, impunha-se um pronunciamento das classes produtoras<sup>24</sup>.

Não se deve descuidar da questão do política partidária, de suas investidas no campo educacional, com seus propósitos e atitudes definidos em função de um ideal democrático. O que estava em jogo não era tão simplesmente uma educação voltada para gerar conhecimento e adquirir o instrumental necessário para o manejo adequado das ferramentas do processo trabalhista. Existia algo tão sutil quanto esse preparo para o atendimento das necessidades de uma “sociedade Industrial”, vivida de forma intensa pelo país nos anos 50. Forjar uma educação para as massas que desse sustentação nas múltiplas possibilidades tanto ao setor econômico, quanto político-partidário e sócio-cultural. O povo aparece nesse bojo com um trampolim praticamente destituído de vontade própria, sem vez e sem voz. A razão dessa “ignorância salutar” ao processo está vinculada a implementação e a consolidação do nacionalismo no Brasil.

O valor coletivo de toda uma nação é a soma exata do valor individual de cada um dos indivíduos que a compõem. O que se pleiteia agora no Brasil com a campanha benemérita de alfabetização e a educação de adultos é a plenitude da inteligência para todos os brasileiros sem exceção. Mesmo as melhores instituições não adantam para os indivíduos ou para os povos que as possuem. O que é preciso é que um, dotado dos conhecimentos básicos, possa ser o arquiteto dos próprios destinos. No livro “The Ancient World” diz o autor, T. H. Glover: “Si quisermos ou procuramos uma data exata para o início do mundo moderno, talvez seja ela com mais certeza o ano em que o primeiro grego escreveu o primeiro livro. Daí proveio a civilização humana atual.” Outro escritor inglês, Maclead Yearsley no livro “The Story of the Bible”, diz o seguinte: “ Poucas pessoas que sabem ler e escrever são capazes de refletir sobre o que a escrita significa para a humanidade. Não só ela torna possível a dois indivíduos separados por milhas de distancia poderem comunicar-se através dos mares um com o outro, mas essencialmente habilita o grande numero a participar nos conhecimentos comuns. Além disso ela habilita a todos os homens a aproveitarem os conhecimentos acumulados por todos que vieram em outras épocas. O falar desenvolveu a memória, a escrita fixa as cousas antigas. Assim se tornou possível ao pensamento do homem permanecer continuo e eterno, o que a

---

<sup>24</sup> *Correio de Uberlândia*, ano XX, n.º 4.540, de 01 de setembro de 1957, p. 01. Nota: “contra o voto dos analfabetos” .

transmissão oral podia realizar apenas em uma extensão limitada. Pela escritura as tradições podem ser mais completamente e mais exatamente preservadas. As velhas tradições transmitidas inteiramente de forma oral estavam sujeitas de serem lentamente alteradas e aumentadas; mas pela escrita elas começaram a ser fixas; provavelmente, entretanto, esta preservação pela escrita afetou apenas a forma da tradição. “Verbus volant, scripta mament” – As palavras voam, os escritos permanecem. Apenas erro ou alterações intencionais podem modificá-las. Assim o pensamento escrito é transmitido mais facilmente. “ o verdadeiro início da vida intelectual resultou da escrita, mas seu real poder e influencia em consequência da escassez dos manuscritos e segredo destes não foram atingido senão descoberta da imprensa; com esta a vida intelectual atingiu a sua completa liberdade, desde então marchou rapidamente para a frente”. Assim apenas se ensinando o indivíduo a ler e escrever, ele tem á sua disposição toda a civilização humana, depositada nos livros e nos jornais. Eis porque se ensinarmos a todos os brasileiros a ler e escrever de pronto elevamos o Brasil á categoria de grande potencia do mundo moderno.<sup>25</sup> (sic).

O artigo de Mário Pinto Serva confirma aquilo que foi posto até o presente, no tocante ao processo de massificação do ensino, sendo á sua abordagem pulverizada de apontamentos acerca do fazer em educação de massa e o como fazer para erradicar analfabetismo no Brasil. Uma tarefa segundo autor, de responsabilidade cívica. Os primados da unidade tão pleiteados desde os tempos da proclamação da República, vêm acompanhando as discussões dos jornais, tanto em forma de artigos, como de editoriais, notas, reportagens, e, ao mesmo tempo, demonstrando ser característica deste período histórico, não uma marca específica de um determinado espaço geográfico, mas um sentido “globalizante”, onde a tônica do discurso era adequação sempre ao moderno, proposto como o melhor, dentro da ordem estabelecida.

### **Considerações Finais**

Na trajetória por nós delineada, verificamos a vinculação do referido processo às múltiplas faces das relações sócio-econômicas, culturais e políticas, passando inclusive pelas negociações conflituosas da política partidária, tendo em vista a articulação de uma estratégia didática e psicopedagógica em formar contingentes populacionais para

---

<sup>25</sup> *Correio de Uberlândia*, ano XI, n.º 2488, de 15 de setembro de 1948, p. 04. Artigo: “A mais bela página

atender não apenas demanda política, a questão do voto do analfabeto, mas também discussões visando propiciar amparo sólido a uma ordem econômica determinada. Esta lógica inerente a tal ordem econômica não é uma lógica interna somente, está intimamente vinculada ao processo que se arrolava no plano mundial, como a reestruturação de países economicamente “atrasados”, mas potencialmente competitivos a curto, a médio ou em longo prazo. Como uma das múltiplas faces da massificação do ensino, o profissionalizante, nesse aspecto, daria uma resposta satisfatória.

Numa análise mais apurada do processo histórico, veremos que a sociedade brasileira a partir dos anos 1940 em função de sua reestruturação produtiva, viveu a euforia do processo industrial e a demanda por mão de obra especializada por parte da indústria se tornou evidente, fomentando a instalação de escolas de ensino profissionalizantes tanto nas capitais como no interior do país.

Com o advento da Segunda Grande Guerra (1939-1945), países como o Brasil necessitava de se estruturar internamente, formando quadros de profissionais qualificados, uma vez que as chamadas nações de centro se encontravam devastadas pelos horrores da guerra. Era a chance de países em desenvolvimento buscar alternativas no sentido melhorar a sua posição no cenário sócio-econômico mundial. A sociedade política presente na região do Triângulo Mineiro, em especial na cidade de Uberlândia, tomando como foco de análise os jornais mencionados, manifestaram interesse em participar de forma marcante do desenvolvimento preconizado pela classe política em franca expansão a partir desse período, é como se eles lutassem para conseguir um “atalho” para a modernização social.

### **Referências:**

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

**Dicionário do pensamento social do século XX**, Rio de Janeiro: Zahar,.1996.

ENGELS, Friederich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Leandro konder. 5 ed., rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica, 3 ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: Quatro ensaios sobre o poder institucional**. 2 ed., São Paulo: HUCITEC, 1979. (Coleção estudos brasileiros – 6).

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à Filosofia Social**. Trad. Luiz João Braúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MONTESQUIEU, Barão de. **O Espírito das leis**. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: E.P.U., 1976.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil**. 17ed, Petrópolis: vozes, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon et alii. **Tempos de Capanema** São Paulo: EDUSP, 1984.

## **Jornais**

**Correio de Uberlândia**, ano III, n. ° 528, de 5 de setembro de 1940.

**Correio de Uberlândia**, ano XI, n. ° 2.497, de 28 de setembro de 1948.

**Correio de Uberlândia**, ano XI, n. ° 2.542, de 06 de dezembro, de 1948.

**Correio de Uberlândia**, ano XI, n. ° 2488, de 15 de setembro de 1948.

**Correio de Uberlândia**, ano XVII, n. ° 3.885, de 25 de março de 1954.

**Correio de Uberlândia**, ano XX, n. ° 4.540, de 01 de setembro de 1957.

**O Estado de Goyaz**, anno 9, n.° 676, de 27 de julho de 1941.

**O Estado de Goyaz**, ano 10, n. ° 774 de 1942.